

Educação, Escola e Sociedade

A REFORMA E A EDUCAÇÃO: ANOTAÇÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DO REFORMADOR JOÃO CALVINO

Hermisten Maia Pereira da Costa¹

Resumo

Neste artigo Costa descreve a origem medieval de três universidades representativas da Europa: Paris, Bolonha e Salerno. Tratando da Reforma Protestante demonstra como foi culturalmente importante para o protestantismo a compreensão de que a fé cristã deve ser conhecida a fim de que possa ser professada. Dentro da perspectiva Reformada da “fé explícita” e da “graça comum”, analisa a origem da Academia de Genebra criada por João Calvino, as suas características e influência, evidenciando o lastro histórico da criação de universidades e, ao mesmo tempo, o referencial distinto da Academia. Conclui apontando como os países alcançados pela Reforma, por motivações primariamente religiosas, deram grande ênfase à leitura, à educação e à criação de escolas em todos os níveis.

Palavras-chave: João Calvino. Reforma Protestante. Academia de Genebra. Educação. Universidades Medievais.

Abstract

In this article Costa describes the middle age origins of three representative universities of Europe: Paris, Bologna and Salerno. As he treat de Protestant Reformation he also shows how it was culturaly important to the protestantism the comprehension that the christian faith should be known in order to be professed. He also analyses the origin of Geneva Academy, createde by John Calvin, according the reformed point of view of the doctrines of "Explicit Faith" and "Common Grace". He analyses its characteristics and influencies, showing the historic aspect of universities foudation and, at the same time, the very special character of the Academy. He concludes the article pointing how the countries reached by the Reformation,

¹ Pedagogo, filósofo e teólogo, Mestre e Doutor em Ciências da Religião. Tem publicado 29 livros e cerca de 800 artigos. Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP. **Autor para correspondência.** E-mail<hermisten@terra.com.br>.

have gave emphasis on reading, education and foundation of schools in all levels due religious reasons.

Keywords: John Calvin. Protestant Reformation. Geneve Academy. Education. Middle Age Universities.

Ninguém contestará, pois, que a educação dos jovens deve ser um dos principais objetivos de cuidado por parte do legislador; porque todos os Estados que a desprezaram prejudicaram-se grandemente por isso. (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 240).

A influência da Reforma sobre a cultura não foi reservada a uma elite, mas envolveu todas as pessoas. (SCHAEFFER, 2003, p. 56).

O calvinismo ainda é um dos movimentos intelectuais mais poderosos e significativos da história da humanidade. (MCGRATH, 2005, p. 104).

INTRODUÇÃO: O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES MEDIEVAIS

Quando não podemos conhecer alguém diretamente, sabemos que obter informações apenas pelos seus amigos pode nos conduzir a uma compreensão por demais cândida. Da mesma forma, conhecer pelos olhos de seus inimigos é algo preocupante e, certamente, nos conduzirá a equívocos graves. Estas são duas formas paralelas de conhecer que podem ser infundamente enganosas. As alusões à Idade Média parece padecer em especial deste segundo mal: tendemos a perpetuar uma tradição, com seus equívocos consagrados, de “Idade das Trevas”. Na realidade, a Idade Média, um conceito forjado pelos humanistas, que durou em torno de mil anos, não pode ser definida em um parágrafo, visto que houve vários períodos dentro da mesma. Rossi lembra aos desavisados: “Hoje sabemos que o mito da Idade Média, como época de barbárie, era justamente, um mito, construído pela cultura dos humanistas e pelos pais fundadores da modernidade” (2001, p. 15).²

² Do mesmo modo, afirma corretamente, o grande historiador tomista, Étienne Gilson: “A imagem de uma ‘Idade Média’, de duração aliás indeterminada, preenchida por uma ‘escolástica’ cujos representantes repetiam substancialmente a mesma coisa durante séculos, é um fantasma histórico que convém desconfiar” (GILSON, 1995, p. 735) (Veja-se um resumo analítico das abordagens históricas a respeito da Idade Média em: AMALVI, 2002, v. 1, p. 537-551).

No campo educacional, no entanto, é pertinente a observação de Abbagnano, quando, analisando a "totalidade do homem" enfatizada pelo Humanismo, faz o contraste: "O curriculum medieval dos estudos era elaborado para um anjo ou uma alma desencarnada" (1982, p. 493);³ em outras palavras, para um homem inexistente.

Todavia, não podemos nos esquecer de que as universidades são produtos da Idade Média (séc. XII), resultante dos contatos entre o mundo Ocidental com o muçulmano e o bizantino. Esta, na expressão de Abbagnano e Visalberghi, foi "a mais importante instituição cultural da Idade Média". (ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 153).⁴ No entanto, devemos ter em mente que a ideia de universidade não deve ser associada, como hoje fazemos, a um conjunto de prédios, de faculdades dedicadas ao ensino e pesquisa, antes ao grêmio de professores e alunos que se dedicam ao estudo e que "formavam uma corporação jurídica de direito próprio". (BOEHNER; GILSON, 1985, p. 355). Elas só podiam ser fundadas pelo Imperador ("*fundação real*") ou pelo Papa ("*fundação pontífica*"). Mesmo aquelas surgidas "espontaneamente" ou "nascidas por migração" tinham o seu reconhecimento oficial mediante um documento papal ou real. Esta *licentia docendi* foi a forma encontrada pela igreja para preservar o seu monopólio. Estas universidades tornaram-se com o passar do tempo (século XIII), em objeto de competições por parte dos monarcas dos respectivos países (Até o fim deste século foram fundadas 46 universidades), que desejavam ter sob o seu domínio, um "studium generale" – cursos que não eram universitários e que podiam ser frequentados por alunos de todas as partes e cujos graus tinham um valor universal –, com o mesmo prestígio da de Paris, Bolonha e Salerno. A Universidade de *Paris* que é de origem "espontânea" (tendo os Estatutos, elaborados por Roberto Courson, aprovados em 1215), constava de quatro Faculdades: Teologia, Filosofia ("Artes") (a mais concorrida), Direito (O direito civil foi banido a partir de 1219) e Medicina. Todavia, ela especializou-se no ensino de Teologia, tornando-se para a "santa igreja" como "a árvore da vida". Em 1255, escreve o papa Alexandre IV (1254-1261): "A ciência das escolas de Paris está na Santa Igreja como a árvore da vida no paraíso terrestre e como a lâmpada refulgente na casa do Senhor. Como uma mãe fecunda de erudição, ela faz jorrar em abundância das fontes da doutrina da salvação os rios que vão banhar a face estéril da terra, ela alegra por

³Contrastando a educação humanista com a medieval, Mondin afirma: "Com o humanismo e o renascimento, o ideal educativo não é mais o perfeito cidadão, o santo, mas sim o homem culto" (1980, p. 106).

⁴De modo semelhante, escreveu Verger: "As universidades foram de longe, a mais complexa e a mais elaborada dessas instituições, aquelas que melhor representam os valores e as expectativas da civilização medieval no campo educativo" (2002, v. 2, p. 2, p. 573). Do mesmo modo: VERGER, 1999, p. 75).

toda parte a Cidade de Deus e subdivide as águas da ciência que faz correr nas praças públicas para o refrigério das almas sedentas de justiça.... É em Paris que o gênero humano, deformado pela cegueira de sua ignorância original, recupera sua visão e sua beleza pelo conhecimento da luz verdadeira que irradia da ciência divina”. (In: GILSON, 1995, p. 490).⁵ Este elogio de Alexandre IV, envolvia obviamente a sua vitória sobre a autonomia da Universidade, na qual ele demitiu e contratou quem desejou, concedendo amplos poderes aos religiosos mendicantes... fiéis ao papa. A Universidade de Paris – apesar do antagonismo interno –, tornou-se a definidora, defensora e divulgadora da ortodoxia católica, tendo os papas ao longo dos anos, contribuído decisoriamente para a sua projeção internacional. “Ora, na medida em que ensinava teologia, a Universidade de Paris cessava de pertencer a si mesma e dependia de uma jurisdição mais alta do que a da razão individual ou da tradição escolar. Sua própria importância, o número sem cessar crescente dos mestres e alunos que vinham de todas as partes do mundo cristão para aí se instruir faziam dela a fonte do erro ou da verdade teológicas para toda a cristandade”. (GILSON, 1995, p. 487). Aliás, os papas procuravam sempre tornar as universidades em instrumento conservador e defensor da "ortodoxia" católica. Por outro lado, os reis também viam nas universidades um meio de projeção pessoal e propagação do seu reino. Os mestres formados em Paris tinham em geral uma bela carreira pela frente no alto clero.

A Universidade de *Bolonha*, de origem laica, especializa-se no Direito Romano, permanecendo por muito tempo como o principal local de estudos jurídicos na Europa. Um de seus alunos (c. 1495) e depois mestre ilustres foi Copérnico. Do mesmo modo, “os juristas bolonheses tornavam-se conselheiros procurados por príncipes e cidades, sobretudo nas regiões mediterrâneas” (VERGER, 2002, v. 2, p. 576) Somente em 1352 ou 1364 Bolonha teve uma Faculdade de Teologia, concedida pelo papa Inocêncio VI (1352-1362).

A Universidade de *Salerno* especializou-se na área de Medicina, sendo, durante séculos, a mais importante da Europa.

As universidades, apesar de suas características próprias, são uma corporação eclesiástica que visa o monopólio cultural da Igreja, quer de forma direta, quer indiretamente. Nos séculos XIII-XV a Europa conhecerá a fundação de inúmeras universidades, que ganhará gradativamente um sentido mais local, perdendo uma de suas características primevas, a internacionalidade. Houve um crescente número de universidades criadas nos séculos

⁵ Vejam-se também: SARAIVA, 1988, p. 112; SARAIVA, 1950, v. 1, p. 30, 96,98).

seguintes que, em geral, procuravam seguir os modelos da de Paris e Bolonha. Assim temos a fundação de: Cambridge (1209), Salamanca (1218), Montpellier (1220), Pádua (1222), Nápoles (1224), Toulouse (1229 ou 1234), Lisboa (1290), Lérida (1300), Avignon (1303), Roma (1303), Perúgia (1308), Cahors (1332), Pisa (1343), Valladolid (1346), Praga (1347), Florença (1349), Perpignan (1350), Huesca (1354), Siena (1357), Pávia (1361), Cracóvia (1364), Viena (1365), Orange (1365), Erfurt (1379), Heidelberg (1385), Colónia (1388), Leipzig (1409), St. Andrews (1413), Rostock (1419), Lovaina (1425), Caen (1452), Trèves (1454), Greifswald (1456), Friburgo (1457), Bâle (1459), Ingolstadt (1459), Basíliã (1459), Bourges (1464), Bordeaux (1473), Mogúncia (1476), Tübingen (1476), Uppsala (1477), Copenhague (1478), Frankfurt (1498), Alcalá (1499), Wittenberg (1502), etc. Nos fins do século XV, a Europa contará com mais de 75 universidades.

1. A Reforma e a Necessidade da “Fé Explícita”

a) Calvino e a “Fé Explícita”

Os Credos da Reforma são as confissões de fé e catecismos que surgiram no período da Reforma ou por inspiração daquele movimento, refletindo uma teologia semelhante. Neles, não temos a pretensão de uma nova teologia, antes, a explicação dos credos aceitos pela igreja. Portanto, mais do que uma teologia inovadora, temos uma visão nova e paradoxalmente restauradora das antigas doutrinas das Escrituras.

O que foram os séculos 4º e 5º para a elaboração dos Credos, foram os séculos XVI e XVII para a confecção das Confissões e Catecismos. A razão nos parece evidente: na Reforma, as igrejas logo sentiram a necessidade de formalizar a sua fé, apresentando sua interpretação sobre diversos assuntos que as distinguiu da igreja romana; com o passar do tempo, surgem outras denominações dentro da Reforma que discordavam entre si sobre alguns pontos, daí a necessidade de se estabelecer cada um per si, os seus princípios doutrinários.

Calvino (1509-1564) já combatera a “fé implícita” – que era patente na teologia romana –, declarando que a nossa fé deve ser “explícita”. No entanto, ele ressalta que devido ao fato de que nem tudo foi revelado por Deus, bem como à nossa ignorância e pequenez espiritual, muito do que cremos permanecerá nesta vida de forma implícita.

Depois de um extenso comentário, nos diz:

Certamente que não nego (de que ignorância somos cercados!) que muitas cousas nos sejam agora implícitas, e ainda o hajam de ser, até que, deposta a massa da carne, nos hajamos achegado mais perto à presença de Deus, cousas essas em que nada pareça mais conveniente que suspender julgamento, mas firmar o ânimo a manter a unidade com a Igreja. Com este pretexto, porém, adornar com o nome de fé à ignorância temperada com humildade, é o cúmulo do absurdo. Ora, a fé jaz no conhecimento de Deus e de Cristo (Jo 17.3), não na reverência à Igreja. (CALVINO, v. 3, III.I.3).

Em outro lugar: “Que costume é esse de professar o evangelho sem saber o que ele significa? Para os papistas, que se deixam dominar pela fé implícita, tal coisa pode ser suficiente. Mas para os cristãos não existe fé onde não haja conhecimento”. (CALVINO, 1998b, p. 25).

Pelas palavras de Calvino, podemos observar a necessidade latente do ensino e estudo constante da Palavra de Deus, a fim de que cada homem, sendo como é, responsável diante de Deus, tenha condições de se posicionar diante de Deus de forma consciente; a fé explícita é patenteada pela Igreja por intermédio do ensino da Palavra.

Entende que a prática de afastar o povo da Palavra, mantendo-o na ignorância, é uma atitude anticristã e, conseqüentemente, altamente prejudicial: “Daqui se faz evidente que espécie de cristianismo existe dentro do papado, onde não só é a crassa ignorância exaltada em nome da simplicidade, mas também o povo é rigidamente proibido de buscar o real discernimento”.⁶ Ao mesmo tempo lamenta que nem todos, mesmo tendo oportunidade, têm usado deste privilégio: o estudo das Escrituras: “A Palavra de Deus, a única norma do genuíno discernimento, a qual é aqui declarada como indispensável a todos os cristãos. Mesmo entre os que já foram libertados de tão diabólica proibição e que já desfrutam da liberdade de aprender, há, não obstante, indiferença tanto em ouvir quanto em ler. Quando negligenciamos tal disciplina, nos tornamos insensíveis e destituídos de todo e qualquer discernimento”. (CALVINO, 1997, p. 143).

b) Os Credos da Reforma como expressão de fé

Tillich (1886-1965), interpretando o conceito de “fé explícita”, diz:

Cada indivíduo deve ser capaz de confessar os próprios pecados, experimentar o significado do arrependimento, e se tornar certo de sua salvação em Cristo. Essa exigência gerava um problema no protestantismo. Significava que todas as pessoas precisavam ter o mesmo conhecimento básico das doutrinas fundamentais da fé

⁶João Calvino, *Exposição de Hebreus*, São Paulo: Paracletos, 1997, (Hb 5.14), p. 143.

cristã. No ensino dessas doutrinas não se emprega o mesmo método para o povo comum e para os candidatos às ordens, ou para os futuros professores de teologia, com a prática do latim e grego, da história da exegese e do pensamento cristão. Como se pode ensinar a todos? Naturalmente, apenas se tornarmos o ensino extremamente simples. (1986, p. 41).

Nesse contexto e, com objetivos eminentemente didáticos, surgem os catecismos (Gr. *Kathxē/w* = “ensinar”, “instruir”, “informar”. Cf. Lc 1.4; At 18.25; 21.21,24; Rm 2.18; 1Co 14.19; Gl 6.6.), constituídos, ainda que não exclusivamente, com perguntas e respostas. Até o século XVI, a palavra "*catecismo*" não havia sido usada neste sentido. Os catecismos visavam servir para instruir as crianças e os adultos; este é o motivo que contribuiu decisivamente para a proliferação de catecismos, sendo que a maioria deles jamais passou da forma manuscrita, visto que muitos pastores os elaboravam apenas para a sua congregação local, visando atender às suas necessidades doutrinárias.

As diversas "*Confissões*" protestantes compostas visavam preservar a sã doutrina, objetivavam tornar clara e objetiva a fé dos crentes. Essas declarações de fé precisavam ser, até certo ponto, completas. Entretanto, deveriam, ao mesmo tempo, ser simples para que o crente comum (não iniciado nas questões teológicas) pudesse entender o que estava sendo dito. Confrontando este ensinamento com a Palavra de Deus, o crente teria, assim, uma compreensão bíblica da sua fé. O ser humano é responsável diante de Deus; ele dará contas de si mesmo ao seu Criador; portanto, tendo oportunidade, ele precisa conhecer devidamente a Palavra de Deus em toda a sua plenitude revelada.

2. *Calvino e a Academia*

A. *Calvino, o Humanista*⁷

Já bem cedo, Calvino revela o seu fino método de análise filológica e literária aprendido com os humanistas. Ele evidencia isso na sua primeira obra escrita, publicada inclusive com os seus próprios recursos: a edição comentada do livro de Sêneca, *De Clementia* (4 de abril de 1532) – “o principal monumento dos conhecimentos humanísticos do jovem Calvino”, diz McNeill (1954, p. 104);⁸ “Sólido trabalho de um humanista muito jovem e já brilhante”, comenta Boisset (1971, p. 57); um “erudito de primeira linha”, acrescenta

⁷Para uma discussão mais ampla sobre este ponto, vejam-se: COSTA, 1999, p. 155-182; COSTA, 2004, p. 94ss.

⁸“Os Comentários sobre Sêneca foram de certo modo a culminação do humanismo do jovem Calvino” (BREEN, 1931, p. 67).

Parker. (1954, p. 19). Resume o teólogo católico especialista em Calvino, Ganoczy: “O seu comentário sobre De Clementia é a epítome de um estudo humanista de um documento antigo”. (1987, p. 179).

Nessa obra – da qual uma cópia foi enviada a Erasmo –, o então jovem autor (23 anos), já revelava o seu gosto literário, erudição, amplo conhecimento da literatura grega e romana, uma perspectiva sóbria e um estilo próprio de análise – lapidado dentro de uma análise filológica e literária da melhor qualidade – que se tornaria uma de suas marcas em seus comentários bíblicos. Já nesse trabalho pioneiro, Calvino parece desafiar o soberano, quando define o tirano como aquele que governa contra a vontade de seu povo e, seguindo a concepção de Aristóteles (384-322 a.C.),⁹ interpreta a tirania como “uma transgressão dos verdadeiros limites de realeza” (CALVIN, 1998, p. 133), revelando, ainda que embrionariamente, a sua ousadia que tão bem caracterizará a sua vida como pregador, escritor e administrador. Esta perspectiva humanista vai ser o fator determinante na sua aproximação pedagógica.

Podemos dizer, no sentido mais pleno da palavra, que Calvino era um genuíno humanista, estando profundamente interessado pelo ser humano.

B. O Conceito de Graça Comum e suas implicações culturais

Calvino dispunha de uma visão ampla da cultura, entendendo que Deus é Senhor de todas as coisas; por isso, toda verdade é verdade de Deus. Esta perspectiva amparava-se no conceito da “Graça Comum” ou “Graça Geral” de Deus sobre todos os homens.¹⁰

Esta perspectiva tem sérias e importantes implicações culturais. A posição de Calvino a qual ele busca base nas Escrituras, historicamente, remonta embrionariamente a Justino (c. 100-c.165) e a Agostinho (354-430).¹¹

A relação entre Filosofia e Fé Cristã foi alvo de calorosas disputas entre os Pais da Igreja. A assimilação cristã da “cultura pagã”, envolvendo a “Filosofia” e a “Retórica”, não foi sem resistência, já que nem todos concordavam em pagar um preço considerado por

⁹Aristóteles escrevera que “Na tirania há pouca ou nenhuma amizade. Com efeito, onde nada aproxima o governante dos governados não pode haver amizade, uma vez que não há justiça” (1973, p. 391)

¹⁰ “Graça comum é o termo aplicado àquelas bênçãos gerais que Deus comunica a todos os homens e mulheres, indistintamente, como Lhe apraz, não só a seu próprio povo, mas a todos os homens e mulheres, segundo o Seu beneplácito. Ou, de outra forma, graça comum significa aquelas operações gerais do Espírito Santo nas quais, sem renovar o coração, Ele exerce influência moral por meio da qual o pecado é restringido, a ordem é preservada na vida social e a justiça civil é promovida” (LLOYD-JONES, 1998, p. 36).

¹¹ Vejam-se: MÁRTIR, 1995, p. 104; AGOSTINHO, 1991, p. 149-154.

demais elevado. A questão que permanecia era: a igreja pode simplesmente deixar de lado as contribuições filosóficas, literárias, poéticas “pagãs” ou, pode valer-se delas?

A linha de avaliação crítica de cada contribuição, conforme adotada por Agostinho, parece ter prevalecido;¹² afinal, o apóstolo Paulo também se valera das contribuições de rabinos judeus e de pagãos que os ajudavam em sua argumentação, sem, contudo, ser influenciado por seus ensinamentos. Assim, permanece a consciência de que todas as coisas provêm de Deus e que as concepções verdadeiras da realidade – ainda que nos lábios de pagãos (Cf. At 17.28; Tt 1.12) –, podem ser instrumentos úteis para a elaboração e transmissão da verdade divina. Isto porque qualquer tipo de conhecimento parte de Deus, que é a sua fonte inesgotável; portanto, toda verdade é proveniente de Deus, havendo inclusive pontes entre o que pensadores pagãos disseram e a plenitude da verdade conforme revelada nas Escrituras.¹³

Dentro desta tradição, Calvino escreveu: "... visto que toda verdade procede de Deus, se algum ímpio disser algo verdadeiro, não devemos rejeitá-lo, porquanto o mesmo procede de Deus. Além disso, visto que todas as coisas procedem de Deus, que mal haveria em empregar, para sua glória, tudo quanto pode ser corretamente usado dessa forma?". (CALVINO, 1998a, p. 318).¹⁴

Em outro lugar: "Se reputamos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade mesma, onde quer que ela haja de aparecer, nem a rejeitaremos, nem a desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus". (CALVINO, 1985-1989, II.2.15).¹⁵

De forma mais detalhada, argumentou:

¹² “Foi a fórmula de servidão (ciência/filosofia como serve da teologia) de Agostinho, e não o discurso retórico de Tertuliano que moldou a relação entre a cristandade e as ciências naturais durante a Idade Média e para além dela” (LINDBERG, 2014, p. 44).

¹³Essas pontes evidenciam-se de modo transparente no comentário feito no segundo século, por Justino: “... se há coisas que dizemos de maneira semelhante aos poetas e filósofos que estimais, e outras de modo superior e divinamente, e somos os únicos que apresentamos demonstração, por que nos odeiam injustamente mais do que a todos os outros? Assim, quando dizemos que tudo foi ordenado por Deus, parecerá apenas que enunciamos um dogma de Platão; ao falar sobre conflagração, outro dogma dos estoicos; ao dizer que são castigadas as almas dos iníquos que, ainda depois da morte, conservarão a consciência, e que as dos bons, livres de todo castigo, serão felizes, parecerá que falamos como vossos poetas e filósofos; que não se devem adorar obras de mãos humanas, não é senão repetir o que disseram Menandro, o poeta cômico, e outros com ele, que afirmaram que o artífice é maior do que aquele que o fabrica” (MÁRTIR, 1995, p. 37-38).

¹⁴ Vejam-se também: CALVINO, 1985-1989, I.5.2,6; II.2.13,15,16; CALVIN, 1998, nº 236.

¹⁵ Ele acrescenta: “... Se o Senhor nos quis deste modo ajudados pela obra e ministério dos ímpios na física, na dialética, na matemática e nas demais áreas do saber, façamos uso destas, para que não soframos o justo castigo de nossa displicência, se negligenciarmos as dádivas de Deus nelas graciosamente oferecidas” (1985-1989, II.2.15) (Vejam-se: CALVINO, 1985-1989, I.5.2; II.2.12-17).

Quantas vezes, pois, entramos em contato com escritores profanos, somos advertidos por essa luz da verdade que neles esplende admirável, de que a mente do homem, quanto possível decaída e pervertida de sua integridade, no entanto é ainda agora vestida e adornada de excelentes dons divinos. Se reputarmos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade, a própria verdade, onde quer que *ela* apareça, não *a* rejeitaremos, nem *a* desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus. (...).

E então? Negaremos que a verdade se manifestou nos antigos juriconsultos, os quais, com equidade tão eminente, plasmaram a ordem política e a instituição jurídica? Diremos que os filósofos foram cegos, tanto nesta apurada contemplação da natureza, quanto em *sua* engenhosa descrição? Diremos que careciam de inteligência esses que, estabelecida a arte de arrazoar, *a nós* nos ensinaram a falar com razoabilidade? Diremos que foram insanos esses que, forjando a medicina, nos dedicaram sua diligência? O que *dizer* de todas as ciências matemáticas? Porventura as julgaremos delírios de dementes? Pelo contrário, certamente não poderemos ler sem grande admiração os escritos dos antigos acerca dessas coisas. Mas os admiraremos porque seremos obrigados a reconhecer seu profundo preparo. (CALVINO, 1985-1989, II.2.15).

Em passagem magistral, analisando Gn 4.20, destaca o fato de que, mesmo na amaldiçoada descendência de Caim, há espaço para a graça de Deus, concedendo-lhe dons que permitissem a invenção das artes e de outras coisas úteis para a vida presente. “Verdadeiramente é maravilhoso, que esta raça que tinha caído profundamente de sua integridade superaria o resto da posteridade de Adão com raros dons”. (CALVIN, 1996, v. 1, p. 217). Entende que Moisés registrou isso para realçar a graça de Deus que não se tornou vã sobre estes homens, visto que “havia entre os filhos de Adão homens trabalhadores e habilidosos, que exerceram sua diligência na invenção e no cultivo da arte”. (CALVIN, 1996, v. 1, p. 218). Por isso, as “artes liberais (Humanidades) e ciências chegaram até nós pelos pagãos. Realmente, somos compelidos a reconhecer que recebemos deles a astronomia e outras partes da filosofia, a medicina e a ordem do governo civil”. (CALVIN, 1996, v. 1, p. 218).¹⁶

Hooykaas (1906-1994) resume o humanismo de Calvino: “Ele era um humanista talentoso e realista demais para aceitar que a Queda tivesse levado o homem a uma total depravação no campo científico”. (1988, p. 152).

Calvino entendia que as ciências e humanidades deveriam ser usadas para a glória de Deus. Portanto, devemos nos valer dos recursos disponíveis, por exemplo, para proclamar o Evangelho. A visão teológica de Calvino permeada pela soberania de Deus, fez com que ele

¹⁶ “É bem verdade que os que receberam instrução sobre as artes liberais, ou que provaram algo delas têm nesse conhecimento uma ajuda especial para aprofundar-se nos segredos da sabedoria divina” (CALVINO, 2006, v. 1, I.1.11, p. 63).

procurasse relacionar a aplicação desta soberania às diversas atividades culturais do ser humano.

C. A Academia de Genebra: Erudição e Piedade como Missão

Para Calvino, cosmovisão é um compromisso de fé e prática. Por isso, o seu trabalho em Genebra consistiu na aplicação de sua fé às condições concretas de sua existência. A fé é chamada a se materializar nos desafios que se configuram diante de nós em nossa história de vida.

A contribuição de Calvino no campo educacional é, em geral, negligenciada por historiadores da educação. Há em parte um preconceito para com o Reformador e, também, certa miopia, fruto da ignorância de sua obra, pensamento e influência. Ele não foi apenas um teórico da educação ou, quem sabe, um escritor que combatia a prática educacional vigente. Antes, como demonstraremos abaixo, foi especialmente um gestor que se envolveu pessoalmente na criação e desenvolvimento do sistema educacional de Genebra, deixando-nos um exemplo concreto de sua perspectiva.

Destacando a contribuição de Calvino, especialmente na área jurídica e política, Rousseau (1712-1778) escreveu no *Contrato Social*:

Os que consideram Calvino somente um teólogo não conhecem bem a extensão de seu gênio. A redação de nossos sábios editos, da qual participou ativamente, honra-o tanto quanto sua *Instituição*. Qualquer que seja a revolução que o tempo possa trazer a nosso culto, enquanto o amor à pátria e à liberdade não se extinguir entre nós, jamais a memória desse grande homem deixará de ser abençoada. (ROUSSEAU, 1973, p. 64).

Calvino que estudara nos *Collège de la Marche*, *Collège de Montaigu*, Universidade de Orléans e Universidade de Bourges, tendo como mestres alguns dos grandes professores de sua época, conhecia bem a dureza (Montaigu), estrutura e rotina universitária. Antes de ser um teólogo, ele fora um humanista. A sua filosofia de ensino reflete a sua apurada formação e maturidade intelectual dentro de um referencial que partia das Escrituras, tendo a soberania de Deus como princípio orientador e a glória de Deus como fim de todas as coisas, inclusive de nosso saber.

Já na sua primeira permanência em Genebra (1536-1538), insistiu junto aos Conselhos para melhorar as próprias condições do ensino, bem como os recursos das escolas. Ele apresentou ao conselho municipal um projeto educacional (1536) gratuito que se destinava a

todas as crianças – meninos e meninas¹⁷ –, tendo um grande apoio público. Desta proposta surgiu o Collège de Rive. Temos aqui o surgimento da primeira escola primária, gratuita e obrigatória de toda a Europa: “Popular, gratuita e obrigatória”. (CHOISY, 1909, p. 9). No entanto, o Collège de Rive encerrou suas atividades durante o período de Calvino em Estrasburgo (1538-1541), sendo reativado com a sua volta definitiva para Genebra (1541).

A partir de 1541, com todas as lutas que enfrentou em Genebra, pôde, contudo, reestruturar o sistema educacional desta cidade. Visto que o Estado estava empobrecido, apelou para doações e legados.¹⁸ Fiel ao seu princípio de que “...as escolas teológicas [são] berçários de pastores” (CALVINO, 1998b, p. 82).¹⁹ Calvino, que havia trabalhado com Johannes Sturm (1507-1589) em Estrasburgo (1538-1541), criou uma Academia em Genebra (*Schola Privata* e a *Schola Publica*) tendo o culto inaugural em 5/6/1559 no templo de Saint-Pierre. Como diz Compayré, a Academia teve uma origem modesta. (1880, v. 1, p. 149). Calvino, no entanto, esforçou-se por constituir um corpo docente competente, sendo ajudado neste propósito por um incidente político. Alguns ministros de Lausanne que em 1558 haviam protestado contra a proposição de Berna a respeito da autoridade secular foram depostos em janeiro de 1559, vindo para Genebra. (Veja-se: REID, (1955), p. 1-33). No entanto, a Academia no seu início teve apenas cinco professores: João Calvino e Theodore Beza (1519-1605) que revezavam no ensino de Teologia; Antoine-Raoul Chevalier ou Le Chevalier (1507-1572), professor de Hebraico, François Bérauld, professor de Grego e Jean Tagaut († 1560), professor de Artes (Filosofia). (BORGEAUD, 1900, p. 64-68, 638; COMPAYRÉ, 1880, v. 1, p. 149; REID, 1955, p. 10).

A base da formação educacional em Genebra era a Bíblia. O estudo não se limitava às questões teológicas, mas, também, envolvia a natureza. O homem deveria aprofundar o seu conhecimento da natureza conforme o mandato de Deus. Em todas as pesquisas, as Escrituras devem servir de elemento avaliador.

¹⁷ Como curiosidade menciono que no Brasil, a primeira escola para moças foi aberta no Rio de Janeiro, capital no Império, em 1816. (Vejam-se: HALLEWELL, 1985, p. 87; AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 292-293).

¹⁸ Calvino pessoalmente chegou a sair pedindo donativos de casa em casa para a escola. Vejam-se: BIÉLER, 1990, p. 192-193; SCHAFF, 1996, v. 8, p. 804-805; WALLACE, 2003, p. 88; LUZURIAGA, 1987, p. 108-116; NUNES, 1987, p. 97-102; GILES, 1987, p. 119-128; FERREIRA, 1985, p. 193,196.

¹⁹ Schaff usa essa expressão referindo-se à Academia de Genebra, um “berçário de pregadores evangélicos” (1996, v. 8, p. 820). Em carta ao Rei Eduardo VI da Inglaterra (janeiro de 1551), na qual ele o instrui quanto ao uso devido das bolsas acadêmicas nas universidades, à certa altura diz que as escolas devem ser pilares do Evangelho (CALVINO, 2009, p. 89,89).

Competia à família (apesar de suas limitações iniciais) e ao Estado o cuidado com a educação. No entanto, a igreja tinha um papel especialíssimo. Era responsabilidade dos pastores a educação nas escolas elementares e nos colégios de Genebra.

A Academia (*Schola Privata* e a *Schola Publica*) iniciou com 600 alunos aumentando já no primeiro ano para 900 alunos –, a quem coube a educação dos protestantes da língua francesa, atingindo em sua maioria, alunos estrangeiros vindos da França, Holanda, Inglaterra, da Alemanha, da Itália e de outras cidades da Suíça. Calvino não concebia a Academia distante da igreja, antes, sustentava dois princípios fundamentais: a unidade da Academia e a união íntima da Academia com a Igreja. Com este propósito, todos os professores estavam sob a jurisdição disciplinar da igreja, devendo subscrever a Confissão de Fé adotada.

A Instituição estava dividida em duas partes principais: A *Schola Privata* que equivalia ao colégio (*gymnasium*), dividido em sete séries, destinava-se aos jovens de até 16 anos e, a *Schola Publica* ou *Academia* que continuava o colégio, ministrando ensino superior. O currículo incluía disciplinas tais como: Teologia, Hebraico, Grego, Filosofia, Matemática e Retórica. Entre outros, eram estudados autores gregos e latinos como: Heródoto, Xenofonte, Homero, Demóstenes, Plutarco, Platão, Cícero, Virgílio e Ovídio, entre outros. (Ver: SCHAFF, 1996, v. 8, p. 805; WALLACE, 2003, p. 88). Nas *Institutas*, escreveu: “Admito que a leitura de Demóstenes ou Cícero, de Platão ou Aristóteles, ou de qualquer outro da classe deles, nos atrai maravilhosamente, nos deleita e nos comove ao ponto de nos arrebatarmos”. (CALVINO, 2006, v. 1, I.24, p. 74).

Com o estabelecimento da Academia, o historiador Charles Borgeaud (1861-1941), antigo professor da Universidade de Genebra, disse que “Esta foi a primeira fortaleza da liberdade nos tempos modernos”. (1900, p. 83).

Além disso, Genebra se tornou um grande centro missionário, uma verdadeira “escola de missões” porque os foragidos que lá se instalaram puderam, posteriormente, levar para os seus países e cidades o Evangelho ali aprendido. “O estabelecimento da Academia foi em parte realizado por causa do desejo de suprir e treinar missionários evangélicos”, informa-nos MacKinnon (1936, p. 195). Destacamos que, com exceção de Isaías, todos os comentários de Calvino sobre os profetas “consistem em sermões direcionados a alunos em treinamento para o trabalho missionário, principalmente na França” (PARKER, 2000, v. 1, p. 13).

Este objetivo da Academia faz jus à compreensão missionária de Calvino. Comentando 1Tm 2.4, afirma: “... nenhuma nação da terra e nenhuma classe social são excluídas da salvação, visto que Deus quer oferecer o Evangelho a todos sem exceção”

(1998a, p. 60). Por isso, “O Senhor ordena aos ministros do Evangelho (que preguem) em lugares distantes, com o propósito de espalhar a doutrina da salvação em cada parte do mundo”. (CALVIN, 1996, v. 17, p. 384). Analisando uma das implicações da petição “*venha o Teu Reino*”, comenta: “Portanto, nós oramos pedindo que venha o reino de Deus; quer dizer, que todos os dias e cada vez mais o Senhor aumente o número dos Seus súditos e dos que nele creem...”. (CALVINO, 2006, v. 3, III.9, p. 124). “... é nosso dever para proclamar a bondade de Deus a toda nação”. (CALVIN, 1996, v. 7, p. 403).

A Academia tornou-se grandemente respeitada em toda a Europa; o grau concedido aos seus alunos era amplamente aceito e considerado em universidades de países protestantes, por exemplo, na Holanda. O historiador católico Marc Venard comenta que a Academia “será daí em diante um viveiro de pastores para toda a Europa reformada” (VENARD, 1995, p. 339).²⁰ A Academia contribuiu em grandes proporções para fazer de Genebra “um dos faróis do Ocidente” admite Daniel-Rops. (1996, p. 413). A formação dada em Genebra era intelectual e espiritual; os alunos participavam dos cultos das quartas-feiras, bem como em todos os três cultos prestados a Deus no domingo. Um escritor referiu-se a Genebra deste modo: “Deus fez de Genebra Sua Belém, isto é, Sua casa do pão”. (Apud BAIRD, 2001, p. 30).

Gaffarel em *notícia bibliográfica* à edição francesa da obra do missionário Jean Léry (1534-1611), escreveu com clareza: “Da França, da Itália, da Inglaterra, da Espanha e até da Polônia acorreram inúmeros prosélitos. Genebra tornou-se a cidadela do protestantismo e foi nessa fonte ardente, de fé e eloquência que ardorosos missionários vieram buscar sua inspiração, a fim de espalhar em seguida, mundo afora, a doutrina e as ideias do mestre”.²¹ (GAFFAREL, 1951, p. 11).

Sem dúvida, entre os Reformadores, Calvino foi quem mais amplamente compreendeu a abrangência das implicações do Evangelho, nas diversas facetas da vida humana, entendendo que “o Evangelho não é uma doutrina de língua, senão de vida. Não pode assimilar-se somente por meio da razão e da memória, senão que chega a compreender-se de forma total quando ele possui toda a alma, e penetra no mais íntimo recesso do coração”. (CALVIN, 1977, p. 17). Por isso, ele exerceu poderosa influência sobre a Europa e Estados

²⁰Do mesmo modo escreve Willemart: “Genebra torna-se o centro de formação dos pastores que serão enviados para todas as comunidades francesas e que permitirão a unidade da Igreja Evangélica Reformada” (WILLEMART, 2000, p. 42).

Unidos. Schaff chega dizer que Calvino “de certo modo, pode ser considerado o pai da Nova Inglaterra e da república Americana”. (1931, v. 1, p. 445).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é certo, é que a aprendizagem generalizada da leitura e da língua materna nos protestantes impeliu os católicos à imitação: A Reforma tinha transformado a pedagogia. (DENIS, [s.d], v. 2, p. 193).

Toda a história moderna ocidental teria sido irreconhecivelmente diferente sem a perpétua influência de Calvino. (MACKNEILL, 1954, p. 234).

A Reforma se valeu amplamente na imprensa como elemento de instrução dos fiéis. “Sempre defendendo a divulgação da palavra impressa, a Alemanha [luterana] liderou a alfabetização européia no século XVI”. (FISCHER, 2006, p. 206). O fator religioso tornou-se fundamental como estímulo à alfabetização. (Veja-se: ANDRÉS-GALLEGO, 1993, p. 101-107).

A Reforma Protestante foi fundamental para o avanço educacional do Ocidente. "Nos países reformados e nas nações católicas, nas cidades e nos campos, no Velho e no Novo Mundo, a familiaridade com a escrita progride, dotando as populações de competências culturais que antes constituíam apanágio de uma minoria", escreve Roger Chartier. (1991, v. 3, p. 116). O autor sustenta que foi com o pietismo (luterano) que a prática da leitura se difundiu amplamente na Alemanha. (CHARTIER, 1991, v. 3, p. 121-122).²² Mais à frente, ele reconhece que a leitura e posse de livros se tornaram mais evidentes nas cidades protestantes.

À frente da Europa que possui livros estão incontestavelmente as cidades dos países protestantes. Por exemplo, em três cidades da Alemanha renana e luterana – Tübingen, Speyer e Frankfurt –, os inventários com livros constituem em meados do século XVIII respectivamente 89%, 88% e 77% do total registrado. Assim, é grande a diferença em relação à França católica, seja na capital (na década de 1750 apenas 22% dos inventários parisienses incluem livros), seja na província (nas novas cidades do oeste francês a porcentagem é de 36% em 1757-1758; em Lyon, de 35% na segunda metade do século). Ao contrário, a diferença é pequena com relação a outros países protestantes – mesmo que majoritariamente rurais como, por exemplo, os da América.

²² Do mesmo modo, veja-se: ANDRÉS-GALLEGO, 1993, p. 103.

No final do século XVIII, 75% dos inventários no condado de Worcester, em Massachusetts, 63% em Maryland, 63% na Virgínia assinalam a presença de livros – o que traduz um belo progresso em comparação com o século anterior, no qual a porcentagem das melhores regiões não passava de 40%.

Deste modo, a fronteira religiosa parece um fator decisivo no tocante à posse do livro. Nada o mostra melhor que a comparação das bibliotecas das duas comunidades numa mesma cidade. E Metz, entre 1645-1672, 70% dos inventários dos protestantes incluem livros contra apenas 25% dos inventários católicos. E a distância é sempre muito acentuada, seja qual for a categoria profissional considerada: 75% dos nobres reformados têm livros, mas apenas 22% dos católicos os possuem, e as porcentagens são de 86% e 29% nos meios jurídicos, 88% e 50% na área médica, 100% e 18% entre pequenos funcionários, 85% e 33% entre comerciantes, 52% e 17% entre artesãos, 73% e 5% entre 'burgueses', 25% e 9% entre trabalhadores braçais e agrícolas. Mais numerosos como proprietários de livros, os protestantes também possuem mais livros: os reformados membros das profissões liberais têm em média, o triplo dos seus homólogos católicos; a situação é idêntica para comerciantes, artesãos ou pequenos funcionários; e entre os burgueses a diferença é ainda maior, com bibliotecas calvinistas dez vezes mais ricas que as dos católicos.

A essa diferença na posse do livro acrescentam-se outras que opõem a própria economia das bibliotecas às práticas da leitura. Nos países luteranos, seja qual for o nível social de seu proprietário, todas são organizadas em torno do mesmo conjunto de livros religiosos”. (CHARTIER, 1991, v. 3, p. 131-133).

Chartier demonstra com alguns testemunhos históricos, que toda a cultura protestante estava vinculada à leitura da Bíblia. (CHARTIER, 1991, v. 3, p. 133ss).

Nos Estados Unidos, a história do início da Tipografia se confunde com a criação de uma escolinha conhecida hoje como Universidade de Harvard.²³ Os puritanos foram pioneiros em ambas as iniciativas. Apenas seis anos depois de sua chegada a Massachusetts, a Corte Geral da Colônia já havia votado 400 libras para a criação de uma escola ou faculdade (1636).²⁴ O Colégio foi criado em 1636 na vila de New Town²⁵, recebendo posteriormente este nome (Harvard) em homenagem (1638) ao pastor puritano John Harvard (1607-1638), que havia doado cerca de 800 libras (metade de suas propriedades) e uma biblioteca com 260

²³ O maquinário tipográfico foi trazido da Inglaterra pelo pastor puritano José Glover (c. 1600-1638) para o colégio que ele, juntamente com outras pessoas, desejava fundar. Glover que já residia na Nova Inglaterra desde 1634-1635, voltara à Inglaterra para adquirir uma máquina tipográfica, papel, tinta e os acessórios necessários para a impressão. No entanto ele morreu durante a viagem de volta (talvez de varíola)(1638), contudo o seu projeto foi levado adiante por sua viúva e pelos homens que trouxera consigo com este fim, o serralheiro Stephen Daye (c. 1594-1668) e seus dois filhos, dos quais um era tipógrafo, Matthew Daye (c. 1620-1649).

²⁴ Cf. MILLER; JOHNSON, 1991, p. 700. Do mesmo modo: EBY, 1978, p. 209.

²⁵ Depois (1638) chamada de Cambridge, também em homenagem ao Rev. John Harvard que estudara em Cambridge (Ver: BATTLES, 2003, p. 87).

títulos perfazendo um total de cerca de 400 volumes.²⁶ A escola recebeu outros donativos e o Estado completou o resto. A escola foi “mantida durante seus primeiros anos parcialmente pelo sacrifício de fazendeiros, que contribuíram em trigo para sustentar professores e alunos”. (RYKEN, 1992, p, 167).

Seis anos depois temos a primeira turma formada. Em 1643 é publicado em Londres um folheto intitulado: *Os Primeiros Frutos da Nova Inglaterra*. Aqui temos uma espécie de histórico da instituição, acompanhado dos seus estatutos e vida cotidiana; ele é um apelo para aquisição de mais fundos. Este documento começa assim:

Depois que Deus nos conduziu sãos e salvos para Nova Inglaterra, e construímos nossas casas e asseguramos o necessário para nossos meios de subsistência, edificamos locais convenientes para o culto de Deus e estabelecemos nosso Governo Civil: Depois disso, uma das coisas que mais ambicionávamos era incentivar o Ensino e perpetuá-lo para a Posteridade;²⁷ temendo deixar um Clero ignorante para as Igrejas, quando nossos atuais Ministros repousarem no Pó. (In: SYRETT, 1980, p. 29). (Grifos meus).

A ignorância era algo extremamente temido dentro do modelo educacional Reformado-puritano.²⁸ Para tanto o estudo era amplo, oferecendo uma visão abrangente de todos os ramos do saber, evitando a dicotomia entre o saber religioso e não-religioso, o espiritual e o natural. (RYKEN, 1992, p, 174ss). Como exemplo disso, vemos que “os estudantes ministeriais em Harvard não apenas aprendiam a ler a Bíblia na sua língua original e a expor teologia, mas também estudavam matemática, astronomia, física, botânica, química, filosofia, poesia, história e medicina”. (RYKEN, 1992, p, 175).

A ênfase puritana foi marcante em todos os níveis educacionais podendo ser avaliada tanto quantitativa como qualitativamente. Seguindo a tradição da obrigatoriedade do ensino público, conforme enfatizada por Lutero e pelos calvinistas franceses (1560)²⁹ e holandeses

²⁶“Aproximadamente três quartos dos livros eram obras de teologia, a maioria das quais consistia em comentários bíblicos e sermões puritanos. Cícero, Sêneca e Homero figuravam entre as opções clássicas, mas não havia outras obras literárias além dessas. Era, enfim, a coleção de um pastor puritano atuando numa colônia perdida nos confins do Novo Mundo. Mas os livros legitimaram a pequena escola, provendo-a dos fundamentos intelectuais de que uma faculdade necessita” (BATTLES, 2003, p. 87).

²⁷ “Entre os fundadores de Harvard estavam 100 diplomados, 70 dos quais tinham sido estudantes nos colégios de Cambridge e 30 nos de Oxford” (EBY, 1978, p. 208).

²⁸ Para Melancton, por exemplo, a ignorância é a maior adversária da fé, devendo, por isso mesmo ser combatida (Cf. CAMBI, 1999, 250-251).

²⁹ Vejam-se extratos do documento elaborado pelos protestantes reunidos em Orléans em 1560. O texto foi enviado ao Rei de França (Cf. HANS, 1971, p. 194).

(1618),³⁰ “em 1647, o Estado de Massachussets decreta a obrigatoriedade de uma escola primária, sempre que uma povoação agrupe mais de 50 lares”. (VIAL, [s.d], v. 2, p. 9).

Por trás deste ardor pedagógico e social herdado da Reforma estava um firme fundamento teológico. Esta perspectiva amparava-se num conceito de Deus, do homem e de qual o propósito do homem nesta vida.

- a) Deus é reconhecido como o Criador e Senhor de todas as coisas, sendo o doador da vida e de tudo que temos,³¹ a Quem devemos, conhecer experiencialmente,³² amar, obedecer e cultivar.³³ Resumindo: “O conhecimento de Deus é a genuína vida da alma...”. (CALVINO, 1998c, p. 136-137).
- b) O homem como “imagem e semelhança” de Deus deve ser respeitado, amado e ajudado. (Veja-se: CALVINO, 2000, p. 37-38). Por mais indigno que ele possa nos parecer, devemos considerar: “A imagem de Deus nele é digna de dispormos a nós mesmos e nossas posses a ele” (CALVINO, 2000, p. 38). Por isso, “Não temos de pensar continuamente nas maldades do homem, mas, antes, darmos conta de que ele é portador da imagem de Deus”. CALVINO, 2000, p. 38).³⁴ Esta perspectiva deverá nortear sempre a nossa consideração a respeito do ser humano. (Veja-se: CALVINO, 2006, p. 177ss). .

A educação, portanto, visava preparar o ser humano para melhor servir a Deus na sociedade a fim de que Deus fosse glorificado. A educação Reformada-Puritana não tinha um fim em si mesma, antes, era caracterizada por um propósito específico conforme definiu John Milton (1608-1674) em 1644

O objetivo da aprendizagem é corrigir as ruínas de nossos primeiros pais, recuperando o conhecer a Deus corretamente, e a partir deste conhecimento, amá-Lo, imitá-Lo e ser como Ele, do modo mais aproximado possível, tornando nossas

³⁰ O Sínodo de Dort decretou em 1618 que “escolas devem ser fundadas nos campos, nas vilas e nas cidades. Deve ser ministrada educação religiosa. Os magistrados cristãos devem velar para que os professores sejam criaturas bem qualificadas, recebendo uma compensação adequada pelos seus esforços. Os filhos dos pobres devem receber educação gratuita. Em todas as escolas, os professores devem ser cristãos ortodoxos. Os ministros eclesiásticos têm a obrigação de visitar todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas” (*Apud* HANS, 1971, p. 196-197).

³¹“Deus (...) é a fonte de vida e de todas as bênçãos excelentes” (CALVINO, 1997, p. 197).

³²Vejam-se: CALVINO, 1998b, p. 127; CALVINO, 2002, v. 3, p. 255; CALVINO, 1985-1989, I.5.9; CALVINO, 1997, p. 305-306; CALVIN, , 1996, v. 17, p. 159-161.

³³CALVINO, 1999, v. 1, p. 129; CALVINO, 1962, p. 29; CALVINO, 1998a, p. 127. CALVINO, 1985-1989, I.2.1-2.

³⁴Vejam-se também: CALVINO, 1999, v. 1, p. 173-174; CALVINO, 2003, p. 27-28.

almas possuidoras de verdadeira virtude que, unida à graça celestial da fé, constrói a mais alta perfeição. (MILTON, 1897, p. 3-4).³⁵

Chamo de uma educação completa e generosa aquela que capacita um homem para atuar justamente, habilidosamente, magnanimamente, em todos os ofícios, tanto privados como públicos, de paz e de guerra. (MILTON, 1897, p. 8).³⁶

Deste modo, a educação é vista não a partir do ensino, mas do aprendizado e, de modo especial do homem que resulta deste saber preparado para realizar a obra que Deus lhe confiou. O saber é para viver autenticamente em comunhão com Deus, refletindo isso no cumprimento de nossos deveres religiosos, familiares, políticos e sociais, agindo no mundo de forma coerente com a nossa nova natureza,³⁷ objetivando em tudo a Glória de Deus.

Para Calvino, a pergunta condenatória de Tertuliano (c.160-c.220 A.D) à Filosofia não fazia sentido,³⁸ o Cristianismo é uma cosmovisão que parte das Escrituras para o exame de todas as facetas da realidade. “Para Calvino, nenhum tipo de ensino que levasse os homens a deixarem de se preocupar com qualquer coisa que afetasse de maneira profunda a vida humana, até mesmo em suas preocupações puramente humanas, poderia de forma alguma ser cristão”, interpreta Wallace (2003, p. 90-91).

A perspectiva Reformada fornece-nos óculos cujas lentes têm o senso da soberania de Deus como perspectiva indispensável e necessária para ver, interpretar e atuar na realidade,

³⁵ Do mesmo modo, vejam-se: RYKEN, 1992, p. 173; NUNES, 1980, p. 46; ROSSI, 1992, p. 61ss. No texto publicado em 1643 em Londres, descrevendo o Colégio Harvard, há um detalhamento das “Regras e preceitos observados ao Colégio”. Na segunda regra, lemos: “Todo aluno é claramente instruído e seriamente instado a ponderar na principal finalidade da sua vida e dos seus estudos, a *conhecer a Deus e Jesus Cristo, que é a vida eterna*, João 17.3 e, portanto, a depositar *Cristo* no fundo, como a única base de todo conhecimento e Saber verdadeiros. E visto que só o Senhor dá a sabedoria, todos devem orar seriamente em segredo para buscá-la junto dele, Prov. 2.3” (In: SYRETT, 1980, p. 30).

³⁶ Do mesmo modo, veja-se: EBY, 1978, p. 182. Quanto à visão de Milton a respeito da formação dos Ministros, ver HOOYKAAS, 1988, p. 188-189.

³⁷ Calvino constata que “a doutrina será de pouca autoridade, a menos que sua força e majestade resplandeçam na vida do bispo como o reflexo de um espelho. Por isso ele diz que o mestre seja um padrão ao qual os discípulos possam seguir” (1998a, p. 331).

³⁸ Esta é a sabedoria profana que temerariamente pretende sondar a natureza e os decretos de Deus. E as próprias heresias vão pedir seus petrechos à filosofia....

"Que tem a ver Atenas com Jerusalém? Ou a Academia com a Igreja? A nossa doutrina vem do pórtico de Salomão, que nos ensina a buscar o Senhor na simplicidade do coração. Que inventem, pois, se o quiserem, um cristianismo de tipo estóico, platônico e dialético! Quanto a nós, não temos necessidade de indagações depois da vinda de Cristo Jesus, nem de pesquisas depois do Evangelho. Nós possuímos a fé e nada mais desejamos crer. Pois começamos por crer que para além da fé nada existe que devamos crer" (TERTULIANO, 1995, v. 3, p. 246).

fortalecendo, modificando ou transformando-a, conforme a necessidade. Isso tudo, num esforço constante de atender ao chamado de Deus a viver dignamente o Evangelho no mundo. Schaff comenta que “o senso da soberania de Deus fortaleceu os seus seguidores contra a tirania de senhores temporais, e os fez os campeões e promotores de liberdade civil e política na França, Holanda, Inglaterra, e Escócia”. (SCHAFF, 1996, v. 8, p. 562).³⁹

O pensamento Reformada, com sua ênfase na centralidade das Escrituras, é mais do que um sistema teológico, é sobretudo, uma maneira teocêntrica de ver, interpretar e atuar na história tendo os olhos direcionados para a glória de Deus. O estudioso inglês Tawney (1880-1962), observa que “o Calvinismo foi uma força ativa e radical. Era um credo que buscava não meramente purificar o indivíduo, mas reconstruir a Igreja e o Estado, e renovar a sociedade permeando todos os setores da vida, tanto públicos como privados, com a influência da religião”. (TAWNEY, 1971, p. 109).

Esses ideais só começaram a chegar ao Brasil de forma permanente a partir do século XIX. Contudo, esse assunto é tema para outro artigo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. **Historia de la Pedagogía**. Novena reimpressión, México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, Elizabeth C. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Belo Horizonte, MG.: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

AGOSTINHO, S. **A Doutrina Cristã**. São Paulo: Paulinas, 1991.

AMALVI, C. Idade Média: In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, (Coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, Bauru, SP; São Paulo, SP.: Editora da Universidade Sagrado Coração; Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 1, p. 537-550.

³⁹ Hans diz que o Calvinismo, ainda que de modo indireto, foi “responsável pelo desenvolvimento das ideias democráticas de autogoverno. A mais poderosa e valiosa contribuição de Calvino à causa democrática não foi a sua teologia, mas sim a organização da sua Igreja, porque os consistórios, as assembleias provinciais e os sínodos nacionais constituíam um excelente treinamento básico para um ulterior governo autônomo” (1971, p. 192).

ANDRÉS-GALLEGO, J. **História da Gente Pouco Importante: América e Europa até 1789**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, v. 4), 1973.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, (s.d.).

BAIRD, C. W. **A Liturgia Reformada: Ensaio histórico**. Santa Bárbara D'Oeste, SP.: SOCEP., 2001.

BATTLES, M. **A Conturbada História das Bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BIÉLER, A. **O Pensamento Econômico e Social de Calvino**. São Paulo: Casa Editora Prebteriana, 1990.

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 3. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1985.

BOISSET, J. **História do Protestantismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

BORGEAUD, C. **Histoire l'Université de Genève**. Genève: Georg & C°, Libraires de L'Université, 1900.

BREEN, Q. **John Calvin: A Study in French Humanism**. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1931.

CALVIN, J. "Commentary on Seneca's de Clementia," **John Calvin Collection**. [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998).

CALVIN, J. **Calvin's Commentaries**. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House Company, 1996 (Reprinted), 23v.

CALVIN, J. **Golden Booklet of the True Christian Life**. 6. ed. Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, 1977.

CALVINO, J. **A Verdadeira Vida Cristã**. São Paulo: Novo Século, 2000.

CALVINO, J. **As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, 4v.

CALVINO, J. **As Institutas**. Campinas, SP.; São Paulo: Luz para o Caminho; Casa Editora Presbiteriana, 1985-1989, 4v.

CALVINO, J. **As Pastorais**. São Paulo: Paracletos, 1998a.

- CALVINO, J. **Cartas de João Calvino**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- CALVINO, J. **Catecismo de Genebra**: In: **Catecismos de la Iglesia Reformada** Bueno Aires La Aurora, 1962.
- CALVINO, J. **Efésios**. São Paulo: Paracletos, 1998c.
- CALVINO, J. **Exposição de Hebreus**. São Paulo: Paracletos, 1997.
- CALVINO, J. **Gálatas**. São Paulo: Paracletos, 1998b.
- CALVINO, J. **Instrução na Fé: Princípios para a vida cristã**, Goiânia. GO.: Editora Logos, 2003.
- CALVINO, J. **O Livro dos Salmos**. São Paulo: Paracletos, 1999, v. 1.
- CALVINO, J. **O Livro dos Salmos**. São Paulo: Parakletos, 2002, v. 3.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP., 1999.
- CHARTIER, R. As Práticas da Escrita: In: CHARTIER, R., (Org.). **História da Vida Privada**, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3, p. 113-161.
- CHOISY, E. **L'État Chrétien Calviniste: Genève au XVI^{me} siècle**. Genève: Librairie Georg & Cia. 1909.
- COMPAYRÉ, G. **Histoire Critique des Doctrines de L'Éducation en France Depuis le Seizième Siècle**. 2. ed. Paris: Librairie Hachette Et Cie. 1880, 2v.
- COSTA, Hermisten M. P. João Calvino: O Humanista Subordinado ao Deus da Palavra – a propósito dos 490 anos de seu nascimento, In: **Fides Reformata**. São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 4/2 (1999) 155-182
- COSTA, Hermisten M. P. **Raízes da Teologia Contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- DANIEL-ROPS. **A Igreja da Renascença e da Reforma: I. A reforma protestante**. São Paulo: Quadrante, 1996.
- DENIS, M. A Reforma e a Educação: In: MIALARET, G.; VIAL, J., dirs., **História Mundial da Educação**. Porto: RÉS-Editora, (s.d.), v. 2, p. 177-194.
- EBY, F. **História da Educação Moderna**. 5. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

FERREIRA, Wilson C. **Calvino: Vida, Influência e Teologia**. Campinas, SP.: Luz para o Caminho, 1985.

FISCHER, Steven R. **História da Leitura**. São Paulo: Editora UNESP., 2006.

GAFFAREL, Paul. Notícias Biográficas. In: LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, (1951).

GANOCZY, A. **The Young Calvin**. Philadelphia: The Westminster Press, 1987.

GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HALLEWELL, L. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP. 1985.

HANS, N. **Educação Comparada**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

HOOYKAAS, R. **A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna**. Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1988.

LINDBERG, David C. O destino da ciência na cristandade patrística e medieval: In: HARRISON, P., (Org.). **Ciência e religião**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2014, p. 37-57.

LLOYD-JONES D. Martyn. **Deus o Espírito Santo**. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1998.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

MACKINNON, J. **Calvin and the Reformation**. Londres: Penguin Books, 1936.

MÁRTIR, J. **Segunda Apologia**. São Paulo: Paulus, 1995.

MCGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã**. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MCNEILL J. T. **The History and Character of Calvinism**. New York: Oxford University Press, 1954.

MILLER, P.; JOHNSON, Thomas H. eds. **The Puritans**. Mineola, New York: Dover Publications, (2 Volumes bounds as one), 1991.

MILTON, J. **Milton's Tractate on Education: A Facsimile Reprint From the Edition of 1673.** Cambridge: The University Press, 1897.

MONDIN, B. **Introdução à Filosofia.** São Paulo: Paulinas, 1980.

NUNES, Ruy A. C. **História da Educação no Renascimento.** São Paulo: EPU; EDUSP, 1980.

NUNES, Ruy A. C. **História da Educação no Século XVII.** São Paulo: EPU; EDUSP., 1987.

PARKER, T.H.L. **Portrait of Calvin.** London: SCM Press, 1954.

PARKER, T.H.L. Prefácio à versão inglesa do Comentário de Daniel. **João Calvino, O Profeta Daniel: 1-6.** São Paulo: Parakletos, 2000, 2v.

REID, W. Stanford. Calvin and the Founding of the Academy of Geneva: In: **Westminster Theological Journal.** Philadelphia, 18, (1955), p. 1-33.

ROSSI, P. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos: aspectos da Revolução Científica.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

ROSSI, P. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa.** Bauru, SP.: EDUSC, 2001.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social.** São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, v. 24), 1973.

RYKEN, L. **Santos no Mundo.** São José dos Campos, SP.: FIEL, 1992.

SARAIVA, António J. **História da Cultura em Portugal.** Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, 2v.

SARAIVA, António J. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal.** Lisboa: Gradiva, 1988.

SCHAEFFER, Francis A. **Como Viveremos?** São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

SCHAFF, P. **History of the Christian Church.** Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1996, 8v.

SCHAFF, P. **The Creeds of Christendom.** 6. ed. Revised and Enlarged, Grand Rapids, Michigan: Baker Book House, (1931), 3v.

SYRETT, Harold C., (Org.). **Documentos Históricos dos Estados Unidos.** São Paulo: Cultrix, 1980.

TERTULIANO. **Da Prescrição dos Hereges**, VII: In: ROBERTS, A.; DONALDSON, J., eds. **Ante-Nicene Fathers**. 2. ed. Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1995, v. 3.

TAWNEY, R.H. **A Religião e o Surgimento do Capitalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

TILLICH, P. **Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX**. São Paulo: ASTE., 1986.

VERGER, J. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru, SP.: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

VERGER, J. Universidade: In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, (Coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP.; São Paulo, SP.: Editora da Universidade Sagrado Coração; Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 2, p. 573-587.

VERNARD, M. O Concílio Lateranense V e o Tridentino. In: ALBERIGO, G., (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

VIAL, J. Introdução. In: MIALARET, G.; VIAL, J., dirs., **História Mundial da Educação**. Porto: RÉ-S-Editora, (s.d.), v. 2, p. 5-12.

WALLACE, Ronald S. **Calvino, Genebra e a Reforma**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

WILLEMART, P. **A Idade Média e a Renascença na literatura francesa**. São Paulo: Annablume, 2000.

Artigo recebido em: 15/05/2017.

Artigo aceito em: 23/05/2017.